

Ministério de Minas e Energia

Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Isto pode, Parente?	2
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	2
Título: Em nome de mineral, Bolsonaro quer vetar novas áreas indígenas	2
Título: Produção atual de nióbio já é suficiente para atender demanda	4
Título: Refinaria polêmica da Petrobras nos EUA é alvo de ambientalistas	5
VEÍCULO: Correio Braziliense	8
Título: Estatais devem cortar 20 mil funcionários	8

VEÍCULO: O Globo**Seção: Rio / Colunas****Autor: Ancelmo Gois****Título: Isto pode, Parente?**

Há algo errado na política de preço de gás da Petrobras. No Rio, responsável por 70% da produção nacional, a indústria paga R\$ 1,62 por m³. Já em SP e MG, são R\$ 1,30 e R\$ 1,50, respectivamente.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção: Mercado****Autor: Lucas Vettorazzo****Título: Em nome de mineral, Bolsonaro quer vetar novas áreas indígenas**

Pré-candidato à Presidência em 2018, o deputado federal Jair Bolsonaro (PSC-RJ) tem usado parte do tempo em suas palestras pelo país para atacar demarcações de terras indígenas e defender a exploração de recursos estratégicos nesses locais, como o nióbio, produto retirado de minerais que abundam no território brasileiro.

Segundo pesquisa Datafolha publicada no domingo (30), Bolsonaro tem trajetória ascendente e chega a 15% em um dos cenários pesquisados.

O deputado costuma dizer que o país deveria ter maior controle sobre suas reservas de nióbio e afirma haver jazidas gigantes do produto ainda inexploradas justamente por estarem sob terras demarcadas em Roraima.

O nióbio é considerado um recurso estratégico. Se misturado ao ferro, cria uma espécie de superliga, mais leve e resistente que o aço comum.

É utilizado em gasodutos, turbinas, chassis de carros e até em foguetes espaciais e reatores nucleares.

O Brasil tem a maior reserva conhecida e domina o mercado mundial. É o quarto produto mais exportado da balança comercial mineral brasileira. O país tem 98% das reservas comercializáveis do nióbio. No mercado mundial, tem 90% das vendas. O Canadá, os 10% restantes.

Países sem o recurso em seu território fazem reservas estratégicas do produto. Na China, é crescente o uso na indústria de construção.

Em 2010, relatório do Departamento de Estado do EUA vazado pelo WikiLeaks colocava o nióbio no rol dos produtos estratégicos para o país, o que estimulou teorias da conspiração de que o mineral brasileiro estivesse sob risco iminente.

MITOS

Bolsonaro, que tem forte discurso nacionalista, tem prestado muita atenção nesta pauta, embora exagere quanto a alguns fatos.

"O nióbio vale mais do que o ouro", disse, por exemplo, em uma palestra no Clube Hebraica do Rio de Janeiro, no início de abril.

Na verdade, uma tonelada de nióbio, já transformado em liga, custa atualmente cerca de US\$ 15 mil. O quilo do ouro, na cotação de sexta-feira (21), custava US\$ 41,3 mil –a tonelada, portanto, valeria US\$ 41,3 milhões.

Bolsonaro diz que a maior reserva de nióbio está sob terras indígenas. Ele leva às suas palestras um mapa feito pelos militares brasileiros nos anos 1970 que lista os principais recursos naturais sob o solo brasileiro. "Dentro de Roraima vocês acham tudo o que existe na tabela periódica. De A a Z. Nióbio, ouro, bauxita, diamante, tudo."

Ele se refere à reserva indígena Raposa Serra do Sol, alvo de disputas em razão de sua riqueza e pela impossibilidade de exploração por causa das demarcações.

A maior jazida inexplorada de nióbio do país, contudo, fica em outra reserva indígena e ambiental chamada de Morro dos Seis Lagos, no município de São Gabriel da Cachoeira, no Amazonas.

Segundo o CPRM, o Serviço Geológico Brasileiro, Seis Lagos pode ter uma reserva de minerais com presença de nióbio de até 2,8 bilhões de toneladas, mas questões logísticas e de exploração no meio da selva amazônica inviabilizam comercialmente o ativo. Bolsonaro disse desconhecer a informação.

Bolsonaro ataca indígenas, mas afirma desconhecer, por exemplo, o modelo da mina de estanho Pitinga, em Presidente Figueiredo (AM). Índios da reserva Waimiri-Atroari controlam a passagem dos caminhões da mineradora.

Segundo Marcos Tune, do Instituto Brasileiro de Mineração, a Constituição de 1988, que definiu o modelo de demarcação de terras, carece até hoje de regulamentação sobre a exploração de recursos em áreas demarcadas.

Questionado se a regulamentação não seria opção ao fim das terras, Bolsonaro disse desconhecer o exemplo. "E fora que PT, PC do B, PSOL e até a Rede não iriam deixar", afirma.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Lucas Vettorazzo

Título: Produção atual de nióbio já é suficiente para atender demanda

Nas palestras em que exalta o potencial do nióbio, o deputado federal Jair Bolsonaro ignora um ponto central sobre a oferta do recurso mineral no país.

Atualmente as reservas já em exploração, de 842,46 milhões de toneladas, são suficientes para atender a demanda interna e externa do produto pelos próximos 200 anos, segundo o CPRM, o Serviço Geológico Brasileiro.

Estudo publicado em janeiro pelo United States Geological Survey, o serviço geológico dos Estados Unidos, reforça a afirmação, ao dizer que "os recursos mundiais de nióbio são mais do que adequados para suprir as necessidades projetadas".

"Não há necessidade de mercado de colocarmos novas minas em operação", diz o diretor de recursos minerais do Ibram (Instituto Brasileiro de Mineração), Marcos Tune. "O nióbio é importante, mas não se compara ao urânio, ouro ou diamante."

A demanda mundial do nióbio varia de 100 a 150 mil toneladas ao ano, em linha com a produção da maior mina brasileira do produto, em Araxá (MG), que em 2015 produziu 132 mil toneladas. Naquele ano, a produção de nióbio bruto no país foi de 22 milhões de toneladas.

CAMPANHA

O discurso contra terras indígenas para o aumento da produção soa como música para as mineradoras de outros tipos. Bolsonaro não esconde que tem sido procurado em sua "pré-corrida" presidencial, mas não revela nomes. "O pessoal do Pará já me chamou para conversar", disse, referindo-se ao Estado que abriga as principais minas de minério de ferro do Brasil.

Em agosto, o deputado foi à principal mina de nióbio do mundo, em Araxá, cujos direitos são da Companhia Brasileira de Mineração e Metalurgia, da família Moreira Salles.

Ela exporta o produto já como liga para China, Estados Unidos, Japão e Europa ocidental.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona / Houston (EUA)

Título: Refinaria polêmica da Petrobras nos EUA é alvo de ambientalistas

Sentado à mesa de reunião em uma grande sala rodeada de livros, que funciona como uma espécie de biblioteca comunitária em Manchester, na região metropolitana de Houston, o advogado ambiental Juan Parras pede à reportagem que dê um recado à Petrobras: "Digam a eles que fariam um favor se fechassem essa refinaria".

Ele refere-se à Pasadena Refining System Inc (PRSI), mais conhecida na região pelo antigo nome Crown Refinery, mas que no Brasil passou a ser chamada de refinaria de Pasadena, nome da cidade onde está localizada, vizinha a Manchester.

Com quase cem anos, a unidade –que é alvo da Operação Lava Jato– vem sendo citada como uma das instalações mais problemáticas da região e experimentou, nos últimos anos, uma série de acidentes e vazamentos.

Em março, dois grupos ambientalistas dos EUA, Sierra Club e Environment Texas, entraram na Justiça com ação civil pública pedindo o fechamento de equipamentos poluidores da refinaria e multas por violações de limites legais de emissões de poluentes.

A ação faz parte de uma ofensiva contra as indústrias acusadas de poluir a região do condado de Harris, a leste de Houston, onde está a maior concentração de refinarias e petroquímicas dos EUA. As entidades acusam as petroleiras de contaminação do ar e do solo na área.

Devido ao histórico mau cheiro gerado pelas fábricas, a cidade de Pasadena ganhou o apelido de "Stinkadena", trocadilho com a palavra "stink" (fedor, em inglês) –em uma tradução livre, algo como "Fedentina" (a pronúncia correta do nome da cidade é "Pasadina").

Para Neil Carman, diretor da unidade texana do Sierra Club, o histórico de emissões e violações ambientais faz a subsidiária da Petrobras se destacar nesse cenário.

Só em 2016, acusam os autores da ação, a unidade emitiu ilegalmente 31,8 toneladas de particulados (poeira que contém produtos tóxicos).

Nos últimos cinco anos, foram centenas de violações dos limites horários de emissões de substâncias como monóxido de carbono, dióxido de enxofre e particulados.

Além da poluição, a ação cita dois incêndios em 2011, uma explosão com 11 feridos e um vazamento de produtos químicos em 2016.

"Quando houve a explosão lá, as janelas tremeram como se fosse um terremoto", lembra a dona de casa Evangelina Perez, 65, que vive em Galena Park. Seu apartamento fica a apenas uma quadra da avenida que divide a parte residencial das indústrias.

No vazamento de julho, a população foi obrigada a respeitar um toque de recolher.

Com cerca de 12 mil habitantes, a maior parte de origem hispânica, Galena Park está ao norte do Ship Channel, canal marítimo de 80 quilômetros que abriga o porto de Houston e as indústrias.

A refinaria da Petrobras está do outro lado do canal, ao sudeste, próxima a um dos acessos ao município, o túnel Washburn, que foi fechado ao tráfego no vazamento de 2016.

DORES DE CABEÇA

Os moradores reclamam do mau cheiro e de efeitos da poluição, como alergia e frequentes dores de cabeça. Perez está há 27 anos na cidade e se diz acostumada, mas conta que, sempre que volta de um tempo fora, sofre com coriza e catarro.

"É uma área contaminada e arriscada para nossas crianças", diz a também dona de casa Guadalupe Cortez, 66.

Mas os problemas podem ir além: pesquisa feita há dez anos pela Universidade do Texas concluiu que crianças que vivem em um raio de 3,2 km do Ship Channel têm 56% mais chances de desenvolver leucemia do que as que vivem a mais de 16 km.

"A gente acaba se acostumando e não tem muito o que fazer, mas sempre digo para os meus filhos que saiam daqui depois de se casarem", diz Maria García, 46, dona de um restaurante na região.

No fim de abril, o Sierra Club e o Environment Texas (o outro autor da ação contra a Petrobras) obtiveram uma vitória contra a ExxonMobil, que foi multada em US\$ 19,9 milhões também por violações no limite de emissões em uma refinaria na área.

Na decisão, o juiz responsável pelo caso considerou que a empresa lucrou US\$ 14 milhões por postergar investimentos que poderiam reduzir o problema.

No caso da Petrobras, eles pedem uma multa diária de US\$ 93,7 mil por cada dia de violação dos limites legais e o fechamento das unidades poluidoras até que sejam feitas modernizações.

A avaliação dos ambientalistas é que, após a série de problemas jurídicos enfrentados com a sócia Astra Oil, a estatal vem postergando reformas necessárias na unidade.

"É uma refinaria antiga, ultrapassada", afirma Parras, que dirige a organização Texas Environment Justice Advocacy Services.

RESPOSTA

Petrobras diz que investiu em modernização

A Petrobras diz que está preparando sua defesa na ação movida contra Pasadena e que a unidade sempre atuou em conformidade com os requisitos estabelecidos pelos órgãos de segurança americanos.

"As unidades da refinaria foram modernizadas e novas unidades de processo foram construídas", afirmou a companhia, em resposta às críticas sobre falta de investimentos em modernização.

A Petrobras adquiriu participação em Pasadena em 2006, sob o argumento de que precisava de um ponto de entrada no mercado americano de combustíveis. Pagou por 50% das ações US\$ 360 milhões, ante US\$ 42 milhões que a sócia havia desembolsado um ano antes para ter 100% do capital.

Após disputa judicial com a Astra, a estatal brasileira acabou desembolsando US\$ 1,2 bilhão para ficar com todas as ações.

A ex-sócia foi favorecida por cláusulas assinadas durante a aquisição, aprovadas pelo conselho de administração à época comandado pela então ministra Dilma Rousseff, que depois se revelaram prejudiciais à Petrobras.

Em 2014, a então presidente da empresa, Graça Foster, disse que os valores investidos não se justificavam. "Definitivamente, não foi um bom negócio."

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Rosana Hessel

Título: Estatais devem cortar 20 mil funcionários

O economista Fernando Antonio Soares, secretário de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest), do Ministério do Planejamento, está com uma das missões mais complicadas no governo: tornar as empresas públicas sustentáveis e preparar as privatizações de várias delas. Essa tarefa envolve a redução do número de funcionários. E também a aplicação da nova lei das estatais, que entrou em vigor no ano passado e é mais rigorosa com as nomeações de gestores e conselheiros dessas companhias, exigindo competência técnica para o cargo.

O universo das empresas públicas tem números expressivos. São 154 estatais com ativos somando R\$ 4,7 trilhões e orçamento de custeio de R\$ 1,3 trilhão para 2017. O endividamento totalizava R\$ 448 bilhões no ano passado, dos quais 88% são da Petrobras e 10%, da Eletrobrás.

O quadro de pessoal é inchado. Em 2016, as estatais empregavam 530,9 mil funcionários, dado 22 mil abaixo que o de 2015. Neste ano, a meta de Soares é reduzir mais 20 mil, no mínimo. Os cortes ocorrerão em empresas como Caixa Econômica Federal, Correios, Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e Eletrobrás. Nessa última, ele conta que "o processo será mais intenso", porque a empresa ficará voltada apenas para a atividade central, a geração e a transmissão. Haverá a privatização de seis distribuidoras a partir de novembro. Essas vendas representarão seis mil funcionários a menos no quadro. Os estudos de viabilidade para a privatização de Ceron (RO), Eletroacre (AC), Ceal (AL), Cepisa (PI), Boa Vista Energia (RR) e Amazonas Energia (AM) devem ser concluídos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em julho. "Estamos trabalhando fortemente para iniciar os leilões neste ano", afirma. A seguir, os principais trechos da entrevista concedida ao Correio.

Quantas estatais já foram enquadradas pela nova lei? Os Correios, por exemplo, cujo conselho o senhor integra, têm vice-presidentes sem perfil técnico, não é?

As estatais têm até junho de 2018 para o enquadramento na nova lei. Os processos estão em andamento. Os Correios não têm mais esse problema. Os vices atuais passaram pelo crivo do Ministério das Comunicações. Isso não cabe

ao Planejamento. Quem não estava enquadrado já saiu. Até eu fui questionado pelo comitê, mas passei.

Quais empresas estão mais adiantadas nesse processo de enquadramento à lei?

Petrobras, BNDES e Banco do Brasil. Mas tem um mundo de empresas que não têm uma estrutura grande e, nesses casos, quem está formatando o estatuto padrão somos nós.

Como está o processo de enxugamento do quadro das estatais e as privatizações?

Entramos em 19 maio de 2016, quando a Sest ainda era Dest. Virou secretaria em agosto. O número de empregados caiu 22 mil no ano passado. Vamos dar continuidade a essa política de redução dos quadros e de programas de desligamento voluntário. Neste ano, a meta é de, pelo menos, uma redução de 20 mil, para 510 mil. Os PDVs (programas de desligamento voluntário) propostos pelas empresas precisam ser aprovados. Nosso objetivo é que a reposição não passe de 25% do total previsto com a redução.

Quantos PDVs estão previstos neste ano?

O BB já fechou o PDV no ano passado. Mas tem Caixa, Correios, Conab, Eletrobrás, que estamos finalizando. São 39 subsidiárias ligadas à Eletrobrás. Fazer com que a lei entre na consciência de todos leva tempo.

Como está o cronograma desses desligamentos?

Há vários PDVs em estudo. O próximo que temos que trabalhar é o da Eletrobrás, que tem hoje 23 mil funcionários. Vamos privatizar seis distribuidoras neste ano que foram incluídas no PPI (Programa de Parcerias de Investimentos): Ceron, Eletroacre Ceal, Cepisa, Boa Vista Energia e Amazonas Energia.

Quanto o governo espera arrecadar?

Vamos falar do cronograma porque o valor de arrecadação não está definido. O BNDES está coordenando os estudos de viabilidade e da modelagem jurídica. Eles serão entregues em julho. Mas isso tudo estará sujeito a ajustes. A ideia era que esses leilões fossem feitos no fim do ano. Tem um prazo para o edital e a conta do MME (Ministério das Minas e Energia) é para ocorrer a partir de novembro.

E como vai ser o leilão? Um único lote?

Não. Cada empresa tem uma operação muito específica e a proposta que tenho feito nas reuniões no MME e na Eletrobrás é que, uma vez finalizados os estudos

e sanados todos os problemas, faremos o leilão, separadamente, à medida que formos formatando o edital. A venda será pelo maior valor de outorga, como ocorreu com a Celg-D, arrematada pela italiana Enel (em 2016). A outorga será por 30 anos. Não há impeditivo para os investidores, porque as distribuidoras de energia são monopólios naturais. Qualquer empresa vai ter que construir um consórcio aqui no Brasil para poder participar do processo de privatização.

Esse leilão vai ajudar a aumentar as receitas da União e evitar um novo contingenciamento?

Estamos trabalhando fortemente para iniciar os leilões da Eletrobrás neste ano, mas sempre há o imponderável. Temos uma estratégia fundamental: voltar para uma atividade que é central, a geração e a transmissão. As empresas tendem a ter mais eficiência e mais produtividade com maior especialização. Serão seis mil funcionários a menos com a venda dessas distribuidoras. Mas a Eletrobrás também vai ter um PDV. Esse setor de distribuição é intensivo de mão de obra e, por isso, haverá uma redução grande de pessoal, porque tem a prestação de serviços ao consumidor. No caso da geração, intensivo em capital, há menos funcionários.

Qual é a programação de aportes deste ano?

Especialistas têm demonstrado preocupação com a saúde financeira da Caixa, devido ao aumento da inadimplência do Minha Casa Minha Vida. Em 2016, os valores aplicados nas estatais somaram R\$ 6 bilhões, sendo R\$ 1,8 bilhão para a Infraero e R\$ 2,9 bilhões para a Eletrobrás. Neste ano, o cenário fiscal nos impõe que sejamos bem austeros. Estamos prevendo R\$ 2,1 bilhões, sendo R\$ 1,488 bilhão para a Infraero. Não há previsão para a Caixa, que está se reestruturando. O banco tem o programa de desligamento voluntário e planeja fechar agências. Vai ter a venda da Lotex neste ano. A previsão era para a venda da Lotex ter ocorrido em 2016.

O processo está evoluindo. Será no segundo semestre, com certeza. A ideia é vender o controle da empresa. O percentual está em aberto no governo, mas será elevado, acima de 50%.

A venda da BR Distribuidora vai sair neste ano?

Houve discussões no TCU (Tribunal de Contas da União) sobre a proposta de desinvestimento da Petrobras e saiu um acórdão em março. Houve alguns ajustes para dar mais publicidade ao processo. No mais tardar em junho, a Petrobras retomará esse programa de desinvestimento e a BR está incluída entre esses projetos. O processo ganhou segurança jurídica. Temos uma série de projetos em

análise pelo governo que seguirão esses procedimentos. Já estamos trabalhando em novos aeroportos, que devem ser concedidos à iniciativa privada.

Quais serão leiloados? Os mais aguardados são Congonhas e Santos Dumont, mas, se isso ocorrer, o que será da Infraero?

Calma. Houve quatro leilões neste ano. Estamos discutindo como é que vai ser a modelagem dos novos. E, óbvio, essa preocupação com a Infraero existe, mas tudo está sendo estudado ainda. Definiremos os próximos ainda este ano.

Qual é a sua meta? Tem um número de redução das estatais das atuais 154 até 2018?

A minha meta não é essa. É tornar as estatais sustentáveis. O objetivo macroeconômico é o equilíbrio fiscal.

O que explica a recriação de uma estatal deficitária como a Telebrás?

Não vou entrar no mérito, não fui eu quem criou a estatal. O que importa para mim, dado que a Telebrás já existe, é atuar para que seja uma empresa sustentável. Existem 18 estatais dependentes dos recursos do Tesouro Nacional. Para algumas, é muito difícil deixar de ser pela atuação social, casos da Embrapa e da Codevasf. Nosso trabalho é fazer com que essas empresas precisem menos do Tesouro. A gente está dialogando para que os dispêndios sejam menores.

Como está a política de reajuste de funcionários das estatais?

No caso das convenções coletivas, caso dos bancários, não há como a gente mexer. Temos espaço para atuar é nos acordos coletivos de trabalho. Em 2006, tivemos zero categoria com ganho real no salário; 12 grupos tiveram reajuste pelo IPCA e 23, abaixo do IPCA. É preciso reduzir as despesas com pessoal, dado o esforço generalizado do país na contribuição para o ajuste fiscal.

MME / ASCOM .